

Dia do psicólogo

Anuidade/82

A festa é continuar a luta

Casa lotada em São Paulo (auditório do Sedes Sapientiae), manifestações em Bauru, reuniões em Campo Grande (MS), Lorena, Santos, debates nas faculdades. Estes foram os acontecimentos que marcaram 27 de agosto, o Dia Nacional do Psicólogo, dezoito anos depois da regulamentação da profissão, na 6ª Região (São Paulo e Mato Grosso).

Mas este ano, a passagem de mais um aniversário do psicólogo profissional precisava ser comemorada de um jeito diferente. Afinal, a situação em que se encontra a categoria não é exatamente festiva, considerando sobretudo o nível de desemprego no setor, baixos salários, um mercado de trabalho estreito. Então, a preocupação do CRP-06 foi justamente convidar os psicólogos para refletir sobre sua própria situação, bem como pensar nos caminhos para mudá-la.

A noite do dia 27, ocuparam a mesa do auditório do Sedes Sapientiae Madre Cristina Sodré Dória (diretora do Sedes), o economista José Serra (professor da Unicamp), os psicólogos Luís Otávio de Seixas Queiroz (conselheiro-presidente do CRP-06), Odette de Godoy Pinheiro (presidente do Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo) e Maria Inês Siqueira (representante de São Paulo no Conselho Federal de Psicologia).

Madre Cristina abriu a sessão: "estamos aqui para debater alguns aspectos de nossa atividade profissional. Um deles: a impossibilidade de o verdadeiro psicólogo assumir sua profissão preocupado com sua conta bancária".

Segundo a Madre, a única opção do psicólogo é o trabalho consciente. Isto, porém, não é fácil: "temos um grande obstáculo — nossa economia capitalista — que dificulta ou impede a prática de uma Psicologia a serviço da população".

É tendo em vista o desempenho mesmo de sua profissão que o psicólogo, segundo a diretora do Sedes, deve estar comprometido com as transformações sociais. Para Madre Cristina são duas as frentes de atuação do psicólogo: forçar o mercado de trabalho, abrir creches, aproveitar os espaços existentes, organizar-se junto aos seus órgãos de representação; e organizar-se politicamente, aí já não só como psicólogo, mas como povo brasileiro, para assumir "a verdadeira e grande revolução por uma sociedade mais justa, mais socializada".

"Este dia do psicólogo é um dia de convocação para a luta", disse Madre Cristina.

Onde está a saída?

O economista José Serra tinha como tema "A crise econômica e o desemprego" e suas primeiras

palavras não foram nada auspiciosas: o País encontra-se em sua crise econômica mais séria desde os anos 30. Suas principais características são uma inflação sem precedentes, o declínio do crescimento econômico, o aumento do desemprego na indústria.

Este ano, disse ele, a produção se situará no mesmo nível de 1980, o que significa a estagnação da economia. Paralelamente, a população continua a crescer e não param de chegar novos contingentes ao mercado de trabalho. Só que não há emprego: entre junho de 1980 e julho de 1981 ele diminuiu 10% na indústria.

As dificuldades por que passa a economia brasileira "se devem à orientação da política econômica governamental, na qual o desemprego é objetivo deliberado, mesmo que não declarado. Se essa política não mudar, nada melhorará. Amanhã, teremos saudades de hoje", afirmou Serra.

As principais justificativas para a política econômica praticada centram-se no desequilíbrio do balanço de pagamentos do País. O governo diz que o Brasil tem que crescer menos para importar menos por que não temos dinheiro para pagar as importações. Diz ainda, quanto à alta dos preços, que quanto mais gente desempregada, menos gente para comprar, o que resultaria na queda da inflação.

"Acontece", pondera o economista, "que o argumento segundo o qual os preços sobem porque existem mais compradores do que produtos é falso". De fato, um contrasenso quando se sabe que quanto mais compradores, maior poderá ser a produção e menor o seu custo.

Mas haveria uma política econômica alternativa? "Sim", responde José Serra. E explica. O peso da dívida externa é eminentemente financeiro e o país poderia perfeitamente decidir não pagar a amortização, mas só os juros, ou seja, renegociá-la. Quanto ao crescimento econômico, ele é possível sem o aumento desmesurado das importações, as quais poderiam ser limitadas seletivamente. Entretanto, os banqueiros internacionais são contrários a essas medidas. "Mas então por que não exercer o poder de barganha nacional? Ora, o atual governo não tem condições para isso porque lhe falta uma forte sustentação social. Assim, ao contrário do que se diz, a democracia é uma pré-condição para sair da crise", concluiu.

Os psicólogos

Ficou com o CRP-06 e o Sindicato a tarefa de assinalar a importância da participação dos psicólogos em suas entidades de classe, participação esta que possibilitou o engavetamento do projeto Julianelli, o ano passado; a suspensão de demissões de

(Continua na pág. 2)

Os recursos do CRP em discussão

A assembléia (14/9) do CRP-06 para discutir e decidir sobre o aumento da anuidade e do valor da multa desta vez trouxe algumas novidades. Positivas, aliás. Aproximadamente meia centena de psicólogos atenderam à convocatória e aprovaram, por consenso absoluto, a elevação da anuidade de Cr\$ 2.100,00 para Cr\$ 4.620,00, ou seja, uma correção de 120%. Um percentual aparentemente assustador, que logo adquire suas reais proporções quando cotejado com o nível de inflação existente; quando colocado diante da necessidade de diminuir um pouco a defasagem da correção da própria anuidade em relação a períodos anteriores (correção subestimada); e, finalmente quando se tem em mente a necessidade de recursos para a realização das atividades-fins do CRP-06.

A outra novidade: esta foi a primeira vez que, seguindo resolução do Conselho Federal de Psicologia, uma assembléia de CR teve a chance de votar a sugestão de multas disciplinares (desde infrações éticas até o atraso de pagamento de anuidades). Pela mesma resolução do CFP, tais sugestões deveriam considerar que as multas teriam que variar de 1 a 5 valores de referência, até 31/12. (Hoje, o valor de referência está pela casa dos Cr\$ 4 mil e, a partir de novembro, com o reajuste do salário-mínimo, deverá ficar em torno de Cr\$ 8 mil.)

Assim, a assembléia do CRP-06 deveria votar a questão para o exercício de 1982.

As decisões

Depois de proveitosa discussão, foi o seguinte o teor da proposta aprovada pela assembléia de 14 de setembro:

Multas por atraso no pagamento de anuidades: permanecem os critérios já utilizados pelo CRP-06. Ou seja, multas na proporção de 20% (atraso até junho), 50% (até setembro) e 100% do valor da anuidade. Em números, calculando sobre Cr\$ 2.100,00 (Anuidade até dezembro de 1981): Cr\$ 420,00, Cr\$ 1.050,00 e Cr\$ 2.100,00. A partir de janeiro de 1982 (e até dezembro), o valor das multas será, respectivamente, de Cr\$ 924,00, Cr\$ 2.310,00 e Cr\$ 4.620,00.

Portanto, a assembléia decidiu não tomar como base o valor de referência para cálculo das multas por atraso no pagamento de anuidades.

Multas pelas demais infrações: seus valores se situarão entre 10% de um valor de referência e a totalidade de cinco valores de referência. (Exemplo, com o valor de referência a Cr\$ 4.000,00: de Cr\$ 400,00 a Cr\$ 20.000,00).

Quanto aos critérios para a aplicação dessas multas, serão estabelecidos por plenária do CRP-06 que se reunirá especificamente com esta finalidade. Dessa plenária ampliada participarão todos os psicólogos presentes à assembléia de 14 de setembro, na qualidade de delegados da própria assembléia.

Na opinião dos conselheiros do CRP-06, foi grande o interesse dos profissionais pela questão das multas e bastante democrático o espírito da decisão da assembléia sobre os critérios de aplicação das penalidades.

Ainda na assembléia, durante a exposição sobre o orçamento feita pelo CRP-06 chamou a atenção dos psicólogos presentes o valor das transferências de recursos feitas ao Conselho Federal (1/3 do total arrecadado pelo CRP-06, entre anuidades e multas), bem como o retorno daquelas transferências ao CR (1/5 daquele 1/3). Diante disso, a assembléia aprovou a formação de um grupo de estudo com a finalidade de avaliar as possibilidades de mudança da legislação que regulamenta o mecanismo de transferências de recursos do CR para o CFP.

Auxiliares, uma área
muito problemática (pág.3)

Em novembro, o II Encontro
de Educação (pág.4)

Editorial

O processo eleitoral desencadeado em 1980 no âmbito do CRP-06 e que culminou com a eleição do atual Conselho, representou, sem dúvida, mais do que uma questão sucessória. Nele se delineou, com marcante clareza, uma nova proposta de atuação, consubstanciada no programa da então Chapa 2. Identificada pela categoria como "oposição", na verdade ela ia além da negação do status quo vigente ou dos meandros das lutas pessoais: o programa refletia um esforço na busca de alternativas concretas para o desenvolvimento da Psicologia como ciência e profissão. A vitória nas urnas de um grupo de psicólogos foi também a expressão majoritária da categoria na eleição de um programa e de um conjunto de princípios de natureza ideológica e política.

Ao completar seu primeiro ano de gestão, o Conselho considera oportuno e necessário avaliar criticamente o trabalho já desenvolvido e, ao mesmo tempo, recolocar em discussão junto à categoria o desenvolvimento do processo desencadeado — e assim proceder coerentemente com sua proposta de democratização.

Recordando o conteúdo programático, há que se ter em mente pelo menos dois eixos em torno dos quais se desenvolviam as propostas:

1) A assunção, pelo CRP-06, de um papel não exclusivamente normalizador, mas igualmente político, no sentido de propugnar por uma sociedade mais justa, especialmente no que concerne ao direito da população de baixa renda em ter acesso ao atendimento psicológico.

2) Contribuir para a mobilização e organização da categoria para que esta possa levar suas lutas de forma unitária e conseqüente.

Objetivos tão amplos quanto complexos não podem, evidentemente, ser considerados sob um ângulo estreito como se fossem problemas isolados, cuja solução independesse das questões sociais mais gerais. Todavia, acreditando que a abordagem de aspectos parciais do problema poderá significar efetiva contribuição ao avanço das lutas da categoria e da sociedade naquela direção, pôde o CRP-06 participar ativamente ao lado de outras entidades de classe nos movimentos mais importantes registrados no período: a rejeição do

"projeto Jullianelli", a questão do imposto de Renda, a demissão injusta de psicólogos-professores.

A intensa atividade das Comissões, por outro lado, tem levado à adoção de medidas capazes de aperfeiçoar o Conselho na sua estrutura e funcionamento, bem como nas várias esferas de sua atuação — ética, fiscalizadora, legislativa etc. Tal aperfeiçoamento, embora sem se pretender definitivo — pois não é estático —, tem permitido a atualização dos meios e a consecução de metas legitimamente aspiradas pela categoria.

Consideradas como elementos essenciais para o sucesso do programa do Conselho, as Delegacias têm merecido especial atenção da atual gestão, mas porque tal é a exigência dos psicólogos das várias regiões do CRP-06. A importância de uma Delegacia no atual estágio é avallável na medida em que é considerada, no prisma do Conselho, como a responsável pela diferença entre o sucesso ou fracasso da proposta política do CRP-06. De fato, ela representa o elo entre os psicólogos do Conselho e seus colegas, o canal de participação e de atuação da categoria como um todo.

Nesse sentido, e de forma inédita, têm sido promovidas amplas reuniões entre todos os delegados, os membros de Comissões e integrantes da diretoria do Conselho. Diretrizes têm sido definidas, resoluções de ordem prática têm sido tomadas, enfim, as conexões entre teoria e prática têm sido estabelecidas no bojo desse esforço coletivo.

Aspectos importantes do programa, tais como a implementação de uma política de saúde para a sociedade brasileira, o problema do mercado de trabalho, não puderam ainda ser abordados de forma mais aguda e conseqüente, conquanto já tenham exigido considerável esforço. Talvez a própria mobilização da categoria ainda seja insuficiente para abordar tão graves problemas.

Seja como for, o CRP-06 considera, à luz de uma avaliação serena, que é necessário caminhar muito mais do que caminhou na direção de muitas de suas metas prioritárias. E mais: considera imprescindível a participação ativa de todos os psicólogos no Conselho — sem o que não terá sentido seu programa, nem força sua ação.

Agenda

Pós-graduação CEAG

O Curso de Especialização em Administração para Graduados (CEAG), da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (FGV/SP), pode interessar aos psicólogos em uma das sete áreas que oferece: Administração Geral e Relações Industriais, Administração Mercadológica, Administração Contábil e Financeira, Administração da Produção e Operações Industriais, Métodos Quantitativos e Informática, Economia de Empresas, Ciências Sociais Aplicadas à Administração. As inscrições para o CEAG do 1º semestre de 1982 estão abertas de 19 a 23 de outubro, de acordo com a inicial do prenome. Maiores informações na Escola, à av. 9 de Julho, 2029, São Paulo, capital, F: (011) 284-2311.

29, 30 e 31 de outubro

XI Reunião Anual de Psicologia, em Ribeirão Preto (SP), sob o patrocínio da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto. Durante os três dias do evento se realizarão, concomitantemente, cursos, comunicações livres, simpósios, mesas-redondas, sessões de trabalho e conferências sobre diferentes assuntos pertinentes à Psicologia. Maiores informações com a Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto, Caixa Postal 1006. F: (016) 634-6255 R/17 ou 636-9021.

30 de outubro a 4 de novembro

XV Congresso Nacional de Neurologia, Psiquiatria e Higiene Mental e II Encontro Multiprofissional de Saúde Mental Comunitária, em Campinas (SP), sob o patrocínio da Sociedade de Neurologia, Psiquiatria e Higiene Mental do Brasil. Maiores informações com o Depto. de Psicologia Médica e Psiquiatria da FCM da Unicamp, à R. José Theodoro de Lima, 44, F: (0192) 8-9811.

Gerais

Psicologia do Trabalho

Profissionais que trabalham na área organizacional fizeram sua primeira reunião no dia 25 de agosto. O objetivo do grupo — formado por psicólogos do setor, CRP-06 e Sindicato — é estudar a situação do profissional que atua na área, seus problemas e dificuldades.

Para o CRP-06, trata-se de colher subsídios que servirão para direcionar sua atuação.

O grupo de Psicologia do Trabalho está aberto aos psicólogos que trabalham em recrutamento, seleção, treinamento. Quem estiver interessado, pode procurar Gerson Correia, na sede do CRP-06.

Comissão de Ensino

Terminou a primeira fase — análise quantitativa — dos currículos das 16 faculdades que atenderam à solicitação da Comissão, no sentido de enviar seus currículos, carga horária das disciplinas e programas. O pedido foi feito a 25 instituições de ensino da Região. Os próximos passos da Comissão de Ensino serão analisar mais profundamente aqueles dados e preparar um seminário com a participação de representantes dos corpos docente e discente das escolas, ainda neste segundo semestre de 1981.

A festa é...

(continuação da 1ª página)

profissionais na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Sociedade Visconde de São Leopoldo, em Santos; o desconto do IR nos serviços prestados por psicólogos.

"Em todas essas situações, a presença ativa dos psicólogos foi fator decisivo e assegurou o firme encaminhamento em direção a algumas conquistas", disse Luiz Otávio de Seixas Queiroz, conselheiro-presidente do CRP-06. Mas, segundo ele, apesar de dezenove anos de legalização profissional, o psicólogo enfrenta um grande problema: a efetiva valorização e o efetivo reconhecimento da profissão.

Segundo Luiz Otávio, as dificuldades econômicas afetam o mercado dos profissionais de Psicologia, mas isso não explica tudo: "De outro lado, temos a própria desorganização e falta de consciência do psicólogo" que dificultam sua atuação, como categoria profissional, na defesa de seus direitos específicos.

Quanto ao CRP-06, segundo seu conselheiro-presidente, é seu papel "agir na defesa da profissão, pelo seu reconhecimento social, por sua valorização", bem como atuar no sentido de melhorar as condições de trabalho da categoria e garantir as conquistas já realizadas pelos psicólogos em todos os seus setores de trabalho.

Porém, conclui Luiz Otávio, "essa atuação do CRP só poderá ser significativa se contar com o compromisso dos psicólogos no fortalecimento, transformação e desenvolvimento da própria profissão".

Odete de Godoy Pinheiro, presidente do Sindicato, chamou a atenção para o fato de que, mesmo antes da crise atual da economia brasileira, o mercado de trabalho do psicólogo já se caracterizava por uma oferta de mão-de-obra maior que a procura de força de trabalho. E hoje, até a "saída" do consultório também se torna inviável porque a clientela também começa a se retrair.

"Dada a estreiteza do mercado em nossa área, é fácil substituir um psicólogo por outro de menor salário, pois a safra anual de desempregados é cada vez maior. Além disso, corremos o risco de termos os nossos serviços riscados como supérfluos, pois é ainda pouco entendida a necessidade de psicólogos nas diferentes áreas", disse Odete Pinheiro.

Bauru vai às ruas

Em Bauru, psicólogos e estudantes de Psicologia decidiram comemorar o 27 de agosto nas ruas da cidade, onde distribuiram uma "Carta Aberta à População". Nela, falam do psicólogo e nos serviços que ele poderia prestar às pessoas em seus locais de trabalho, nas escolas de seus filhos, nos bairros, ambulatórios médicos, INAMPS etc.

Explicam que sua função não se limita a aplicar testes ou a cuidar de "loucos". "Nosso trabalho vai muito além disso. Ele busca, antes de tudo, ajudá-lo a pensar e refletir sobre sua condição de vida e trabalho, sobre seus conflitos e problemas, auxiliando você na busca de soluções".

O psicólogo trata da saúde mental do cidadão e esta é um direito de todos e deve ser uma conquista de todos, explica a carta de Bauru. "Nós brigamos para levar a Psicologia a você e queremos que acrescente isso nas suas reivindicações. Hoje, 27 de agosto, dia do psicólogo, nós, profissionais e estudantes, saímos às ruas e queremos, junto com você, exigir: psicólogos nas empresas, psicólogos nas escolas, psicólogos nos grupos comunitários, assistência psicológica junto aos centros de atividade médica e hospitalar do INPS", diz a carta.

JULHO/AGOSTO — 1981

ANO I

Nº 4

Jornal do CRP/06

JORNAL DO CRP, 06. — Órgão informativo Oficial do Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região. Conselheiros: Luis Otávio de Seixas Queiroz, Yvonne Gonçalves Khouri, Luiz Celso Manço, Ghislaine G. S. Moreira, Moyses Campos de Aguiar Netto, Osmir F. Gabbi Jr. (licenciado), Gerson Roberto Correia, Vera Lúcia Collucci, Carmem Lúcia Rittner (efetivos), Sigmar Malvezzi (licenciado), Abelardo de Almeida, Tatiana Wernikoff, Miriam S. Vianna, José Roberto Tozzoni Reis, Lazslo A. Ávila, Sérgio Antonio da Silva Leite, Maria Clotilde B. Magaldi, Maria Aparecida C. da Cunha (suplentes).

Diretor-responsável: Gerson Roberto Correia

Jornalista Responsável: Anamária Vainsencher

Arte e Diagramação: Luiz R. Cruz

Composição Fotolitográfica e Impressão: SDA O ESTADO DE SÃO PAULO, Av. Eng. Cassiano Alvaros, 35 - São Paulo

CRP-06: Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1084, 10º, CEP 01452, São Paulo, São Paulo

Tiragem desta edição: 12.000 exemplares

Prefeitura

Psicotécnicos

Há desempregados. E existem vagas

Os psicólogos concursados da Prefeitura de São Paulo continuam lutando por seus direitos. E começam a colher os primeiros (ainda tímidos) resultados. Em setembro, a Secretaria Municipal da Administração anunciou a nomeação de seis psicólogos concursados para trabalhar na área de desenvolvimento de pessoal da Secretaria.

Mas nem tudo são flores, ainda. Em agosto e setembro, os concursados continuaram se reunindo. No dia 20/8, a comissão formada por concursados e CRP-06 teve audiência com Mário Altenfelder, titular da Secretaria de Higiene e Saúde do Município, ocasião em que os representantes dos concursados entregaram ofício solicitando o aproveitamento dos profissionais excedentes nas 31 vagas existentes naquela Secretaria.

A resposta de Altenfelder é que será possível a admissão de psicólogos nos postos de saúde em construção, desde que exista verba para sua contratação. Portanto, nada de muito concreto.

Mas o titular da pasta da Saúde disse mais: que o Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região não tem nada a ver com a situação dos profissionais aprovados em concurso da Prefeitura e desempregados até hoje. Talvez a autoridade municipal não esteja a par que compete ao CRP-06 preocupar-se com o mercado e as condições de trabalho do profissional de Psicologia em sua área de atuação.

Portas fechadas

Na Secretaria de Educação do Município de São Paulo também há vagas. Mas nem por isso a Secretaria aceita receber os concursados para uma audiência. Seus mandatários alegam que o problema é com a Secretaria da Administração e que o concurso de 1978 não foi específico para a área de educação. Acontece que este argumento contraria os próprios termos do concurso.

No início de setembro, o CRP-06 mandou ofício ao prefeito de São Paulo, expondo a situação dos profissionais da categoria: há, na municipalidade, psicólogos admitidos, desempenhando atribuições exclusivas da profissão, mas não reconhecidos como "psicólogos"; há 120 cargos de psicólogos na Secretaria da Educação e 31 na de Higiene e Saúde até agora não preenchidos; continuam existindo 371 excedentes do concurso de 1978. E reivindicando soluções: aproveitamento dos excedentes, ampliação do quadro de psicólogos e regulamentações administrativas para acertar a situação dos profissionais admitidos com vínculo precário.

Dias depois, o CRP-06 fez publicar na grande imprensa uma Carta Aberta à população de São Paulo sobre a situação dos psicólogos da prefeitura. A exposição foi nos mesmos termos que o ofício enviado ao prefeito. Com um acréscimo: "não interessa à categoria a regularização da situação pela substituição dos psicólogos que já trabalham a título precário pelos concursados". Ou seja, os psicólogos querem a ampliação do mercado, não a substituição dos empregados por desempregados, o que dá na mesma.

Não custa avisar

Isto é um lembrete às entidades promotoras de eventos técnico-científicos, congressos, simpósios & similares: a participação de psicólogos funcionários públicos estaduais em tais acontecimentos só é possível se eles forem reconhecidos pela Casa Civil do governo do Estado. Em outras palavras, os psicólogos do funcionalismo público estadual só conseguem dispensa para participar nos eventos em questão se a Casa Civil reconhecê-los. Assim, não custaria às entidades promotoras lembrar desse pequeno detalhe...

Estão sobrando faltas éticas

Trata-se, ainda, dos auxiliares. E das dúvidas que assaltam os psicotécnicos sobre a questão: devemos seguir às normas do CRP-06 ou as do Detran? A Resolução deste último sobre o trabalho do auxiliar é de 1972 e estabelece que pode ser feito por pessoa de nível colegial. As exigências do CRP-06 são outras.

A regulamentação do exercício da profissão do psicólogo é de competência do CRP-06, não da polícia. E embora o Detran admita isso, na realidade ignora as disposições do Conselho. Em outras palavras, as portarias do Detran procedem a própria existência do Conselho e não sofreram qualquer modificação para se adaptar ao CRP-06, o que talvez possa ser explicado por razões de ordem político-administrativas do próprio Detran.

A situação na área dos psicotécnicos não é nada fácil. E são incontáveis as faltas éticas cometidas. Seguem alguns exemplos do que ocorre.

Os psicólogos que utilizam auxiliares, delegam a estas funções que lhes são privativas. Os psicólogos chegam mesmo a se ausentar durante a aplicação de testes. Parecem esquecer que o PMK, o teste de coordenação bimanual e as entrevistas só podem ser feitas por psicólogos.

Essa ausência é uma falta ética. O profissional não está cumprindo a lei.

Os psicólogos assinam laudos em branco. Sobre isso, impossível tecer quaisquer comentários...

O Concorrência desleal entre profissionais.

Aí há uma questão de princípio: o exame psicotécnico é um exame pericial, para o qual simplesmente não funciona o sistema de livre escolha. Elementar: quem escolhe, vai fazê-lo por um perito que lhe dê o melhor parecer possível. E o critério que prevalece, acaba sendo o inverso do que ocorre na clínica. Nesta última, quanto mais eficiente for o profissional, mais pontos a seu favor na escolha. No psicotécnico, quanto menos rigoroso, quanto pior o trabalho do profissional, mais pontos na escolha.

Nos exames psicotécnicos, os índices de reprovação contrariam os mais elementares achados das leis dos grandes números. O sistema é viciado, não há dúvida. E a concorrência desleal não deixa de ser sua filha legítima, transformando-se nas regras da batalha por serviços. O profissional se vende, vendendo resultados favoráveis.

A baixa remuneração dos profissionais que trabalham com psicotécnicos, situação que se liga ao nível de concorrência. Os proprietários de institutos são assediados por psicólogos desempregados que aceitam trabalhar mais barato que os profissionais empregados.

"A situação chega a tal ponto que as auto-escolas nem fazem questão de comissão dos institutos psicotécnicos. Destes, só precisam da garantia de aprovação", observa o conselheiro Moisés Campos de Aguiar, da Comissão de Ética do CRP-06.

Auxiliares

Colocando os pingos nos ii

Em março do ano passado, o CRP-06 elaborou uma resolução sobre o exercício da função de auxiliar de psicólogo. Foi uma tentativa de consolidar as resoluções já existentes sobre o assunto, dando-lhes maior precisão, além de inovar em alguns aspectos. Mais ainda: havia um problema prático a ser resolvido, a utilização de estudantes de Psicologia como mão-de-obra barata e prestando serviços psicológicos de baixo padrão.

Do ponto de vista ético, o trabalho do psicólogo não pode ser delegado a terceiros. Ainda assim, o Conselho Federal de Psicologia admite a possibilidade de o profissional de Psicologia utilizar auxiliares, mas em casos específicos como a aplicação de testes coletivos (inteligência, aptidão, questionário e inventário de personalidade e de interesses). A rigor, a função do auxiliar limita-se à aplicação desses testes e este auxiliar deveria necessariamente ser um estudante de Psicologia.

Mas os fatos são diferentes: as empresas chamam estudantes (até mesmo com matrícula trancada), empregando-os eternamente como auxiliares. Ora, esses estudantes sem formação suficiente exercem a função de psicólogos, enquanto há profissionais devidamente capacitados desempregados.

Essa situação levou o CRP-06, através da Resolução 03/80, a exigir que, para desempenhar a função de auxiliar, o estudante tenha cursado ou esteja cursando uma cadeira de Técnicas de Exame Psicológico. Mais ainda: o CRP-06 estabeleceu diferenças entre o auxiliar e o estagiário. A

mesma Resolução CRP-06 03/80 considera que o estagiário — necessariamente um quintanista — desempenhe outras atividades além daquelas per-

mitidas pelo CRP. Assim, o estagiário de Psicologia também deve fazer entrevistas, aplicar testes individuais e coletivos ou de personalidade que não sejam nem questionários nem inventários (ex.: o Zulliger coletivo).

A partir da mesma resolução, ficou definido que o psicólogo responsável pelo trabalho de estudantes, ou seja, o supervisor, tem que ser credenciado pelo Conselho. E ainda que, dentro de um mesmo serviço, o número de estagiários não poderá ser maior que o de psicólogos.

Entretanto, como não estamos no melhor dos mundos, não têm faltado objeções à Resolução 03/80. Eis algumas delas, bem como as respostas do CRP-06:

— O estagiário não produz, portanto não é útil à empresa.

CR: O estagiário não é para ser útil. Está na empresa para aprender. Aliás, é só nessa condição que é permitido ao estudante fazer esse tipo de trabalho.

— O psicólogo, sozinho, nem sempre dá conta do trabalho quando este envolve a aplicação de testes para muitas pessoas, como em psicotécnicos e seleção de pessoal.

CR: Recorram a outros psicólogos como auxiliares, porque há profissionais disponíveis no mercado.

Delegacias

Um balanço muito positivo

Nos dias 1 e 2 de agosto passado realizou-se, na sede do CRP-06, em São Paulo, a 3ª Reunião Geral CRP-06 e Delegados, promovida pela Comissão de Delegacias do Conselho. As amplas discussões permitiram definir alguns pontos orientadores da atuação do CRP-06. Essas resoluções, examinadas pela plenária do Conselho, abrangem aspectos burocrático-administrativos e políticos. Em síntese, são as seguintes:

- Dentro das diretrizes adotadas pelo CRP-06, os delegados, delegados-adjuntos e representantes terão autonomia em seu trabalho político.

- A centralização administrativa permanecerá nas Delegacias. Portanto, representações e/ou sub-regiões não têm autonomia administrativa.

- Aprimorar o sistema de informação e comunicação entre a sede do Conselho, Delegacias e psicólogos.

- Empenhar-se no esclarecimento da categoria sobre suas entidades representativas.

Diretrizes básicas

- Promover a identidade do CRP-06 junto aos

psicólogos em especial e à sociedade em geral, entendendo por identidade a inclusão do psicólogo, dos delegados e dos membros do Conselho em um todo orgânico, funcionando segundo determinadas diretrizes e dirigido por objetivos comuns.

- Promover a identidade do psicólogo, entendida essa identidade como o reconhecimento da extensão e dos limites da própria atividade profissional, exercendo-a inserida no conjunto das ações e objetivos da categoria dos psicólogos e em benefício da comunidade onde esse trabalho é realizado. A extensão e o limite dessa atividade, bem como o conjunto das ações e objetivos da categoria, serão constantemente redimensionados a partir de uma reflexão sobre a prática que os profissionais desenvolvem na sociedade.

- Promover a divulgação do trabalho dos psicólogos junto a outras categorias profissionais e à comunidade em geral, tendo em vista o reconhecimento da profissão e a ampliação do mercado de trabalho, bem como a abertura de novas áreas de atuação.

- Envidar todo o esforço possível para que a Psicologia como ciência e profissão se coloque a serviço de toda a população.

ENCONTRO DE EDUCAÇÃO

Psicólogos, agora mãos à obra

A Comissão de Psicologia Educacional está tomando as primeiras providências para a organização do II Encontro de Psicólogos da Área de Educação, patrocinado pelo CRP-06 e pelo Sindicato de São Paulo. Para isso, se reuniu no dia 29 de agosto passado na sede do Sindicato. As previsões iniciais são de que o II Encontro deverá se realizar nos dias 13, 14 e 15 de novembro próximo, no Sedes, Ministro Godoy, 1484, em São Paulo.

São três os objetivos principais do II Encontro:

- A divulgação de trabalhos feitos por psicólogos sobre questões pertinentes ao setor.

Existe grande interesse na divulgação de trabalhos que representem alternativas aos modelos existentes, os tradicionais métodos de atuação segundo o modelo clínico (diagnósticos de casos-problemas, tratamento e/ou encaminhamento). São também de interesse não só da Comissão como dos profissionais do setor trabalhos realizados em qualquer tipo de instituição educacional e aqueles feitos em setores de educação não formal (bairros, comunidades etc.).

Segundo os organizadores do II Encontro, a importância desses trabalhos está mais em sua metodologia do que propriamente em seus resultados. Dessa maneira, serão aceitos trabalhos feitos por psicólogos em seus locais de

trabalho, ou por supervisores e estudantes como parte de seus estágios supervisionados.

- A definição dos pontos básicos que devem nortear a ação dos psicólogos na área da educação.

Com essa finalidade já existe uma comissão encarregada de elaborar documento de apoio às discussões.

- A definição, pelos psicólogos em educação, das próximas metas de sua atuação enquanto grupo organizado.

PS 1: Foram distribuídos aos psicólogos cadastrados pela Comissão de Psicologia Educacional e às faculdades formulários-padrão solicitando informações sobre trabalhos realizados na área educacional. Se você está interessado, e não recebeu o formulário, é só passar no CRP-06 ou no Sindicato e pegar.

PS 2: Os psicólogos em educação que não estejam recebendo o material da Comissão devem mandar nome e endereço ao CRP-06 ou Sindicato, em nome da Comissão de Psicologia Educacional.

PS 3: Em tempo, quem ainda não tiver os anais do I Encontro pode obtê-los no CRP-06 ou no Sindicato.

Isto lhe interessa

INAMPS

Há cerca de um mês e meio chegou ao conhecimento do Conselho Regional de Psicologia — 6ª Região, as chamadas Rotinas de Serviço e de Controle, destinadas às clínicas ambulatoriais psiquiátricas do INAMPS. Na leitura dessas Rotinas, o CRP-06 constatou (em seus itens 1.10 e 2.8) determinações no sentido de que a responsabilidade do grupo psicoterapêutico seja sempre do médico psiquiatra e que ao psicólogo cabe o papel de observador.

De pronto o CRP-06 enviou ofício ao Secretário Regional de Medicina Social do INAMPS, em São Paulo, tecendo considerações legais sobre o exercício profissional de Psicologia e suas atribuições. Em seguida, o CRP-06 pondera ao Secretário que os itens 1.10 e 2.8 das Rotinas de Serviço e de Controle das clínicas ambulatoriais psiquiátricas estão em desacordo com as determinações legais referentes ao exercício profissional do psicólogo, uma vez que o subordina à atuação de médico psiquiatra.

Finalmente, o CRP-06 solicita o reestudo e reformulação daquelas recomendações. Até o final de setembro o Secretário Regional de Medicina Social do INAMPS, em São Paulo, não tinha expressado qualquer manifestação sobre o assunto.

Anuidade & Inflação

Há psicólogos que questionam o aumento anual da anuidade devida pelo profissional ao CRP-06. Seu argumento: a anuidade não pode ser corrigida pela inflação, porque o mesmo não acontece com o salário e este fato, inclusive, explicaria o débito de alguns psicólogos para com o Conselho. Tudo isso é assunto de discussão na assembleia geral da categoria, especialmente convocada para essa finalidade. Foi o que aconteceu, aliás, no dia 14 de setembro passado. E, apesar dos salários baixos e até do desemprego e subemprego existente no setor, os psicólogos que compareceram à assembleia aprovaram, por consenso absoluto, a proposta de aumento da anuidade (120%) para 1982. (V. pág. 1)

Os fundos do CRP

Não há qualquer mistério sobre a origem dos recursos monetários do CRP-06: eles provêm, unicamente, das anuidades pagas pelos psicólogos, das taxas cobradas aos profissionais pelos serviços prestados pelo Conselho (inscrições provisórias, renovação de inscrições, registros), e das multas cobradas pelo CRP por infrações cometidas por profissionais registrados no Conselho.

Estágio vs. Inscrição

De repente, surgem dúvidas sobre o número de horas necessárias ao estágio supervisionado do estudante de Psicologia. Até então, para conceder inscrição temporária ao futuro psicólogo, o CRP-06 seguiu o estabelecido no Parecer 403/62, o qual fixa aquela carga em 500 horas, pelo menos, o que tem sido atendido pelas faculdades de São Paulo. Mas eis que a Fundação Educacional de Bauru entende que uma Portaria Ministerial (a de número 159) altera o Parecer, fixando em 405 horas o período de estágio supervisionado de seus alunos de Psicologia.

Até o momento, porém, o CRP-06 não dispõe de qualquer informação que possa alterar as exigências para inscrição do psicólogo. E, assim, o estudante com menos de 500 horas de estágio supervisionado não poderá se inscrever no Conselho.